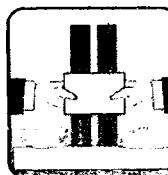


Congresso é a chave do cofre do futuro governo

BRASÍLIA — Qualquer que seja o resultado da votação do pedido de impeachment na Câmara dos Deputados, estará nas mãos do Congresso o futuro imediato do Governo, seja presidido por Fernando Collor ou Itamar Franco. Sem dinheiro para pagar as despesas com a isonomia salarial dos funcionários públicos ou o aumento de 147% das aposentadorias, o Governo dependerá dos parlamentares para aprovar a reforma fiscal de emergência, que lhe dê fôlego para cumprir pelo menos o apertado orçamento de 1993.

— Dá para aguentar até o final do ano, mas sem reforma fiscal, 1993 vai ser um ano negro já a partir de janeiro — prevê o diretor do Departamento do Tesouro, Roberto Guimarães.

O Governo terá para gastar em 1993, 10% a menos do que este ano, de acordo com a proposta de orçamento em exame no Congresso. O cálculo, feito



Comparação entre os orçamentos de 92 e 93

	US\$ MILHÕES		
	1992	1993	93/92 (%)
PESSOAL	16.710,8	11.156,3	- 33,23
OUTRAS DES CORRENTES	36.019,2	36.648,4	+ 1,75
INVESTIMENTOS	10.950,6	7.279,1	- 33,52
INVERSÕES FINANCEIRAS	11.904,1	11.169,3	- 6,17
OUTRAS DESPESAS DE CAPIT	398,9	223,7	- 43,92
RESERVA (*)	459,2	2.418,8	+ 426,74
TOTAL	76.442,8	68.895,6	- 9,87

(*) Inclui orçamento do Poder Judiciário

em dólares, leva em conta apenas o dinheiro que sobra em caixa, deduzidas as transferências constitucionais para Estados e municípios e os encargos da dívida. A queda é de US\$ 76,4 bilhões para US\$ 69 bilhões.

Boa parte do aperto continuará a pesar no bolso do funcionalismo público, que terá de viver por mais um ano com salários achatados. A proposta de orçamento não inclui o dinheiro ne-

cessário para acertar os salários entre os três poderes, prevista na lei de isonomia salarial. Os aposentados também serão chamados a pagar parte da conta da crise política, já que tampouco o pagamento do reajuste de 147% tem verba garantida. A situação pode se complicar ainda mais se o Governo não puder contar, como espera, com o dinheiro do Finsocial, questionado no Supremo Tribunal Federal pelos empresários.